

Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

AUDITOR SUBSTITUTO

Tipo 4 – AZUL



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **1 hora e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Direito Constitucional

1

Dois deputados federais, líderes dos seus partidos políticos na respectiva Casa Legislativa, logo no início da legislatura, decidiram mobilizar-se com o objetivo de instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito. A respeito da comissão a ser instaurada, é correto afirmar que:

- (A) por ter poderes de investigação próprios de autoridade judicial, pode vir a determinar, em deliberação fundamentada, a quebra de sigilo telefônico;
- (B) por tratar-se de comissão temporária, não é preciso observar-se, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa;
- (C) comissão dessa natureza possui poderes próprios de autoridade judiciária, podendo convocar qualquer membro do Poder Executivo para prestar esclarecimentos;
- (D) não pode convocar advogados para prestar esclarecimentos, pois esses agentes desempenham função essencial à administração da justiça;
- (E) pode vir a determinar, em deliberação devidamente fundamentada, a realização de busca domiciliar, a ser cumprida durante o dia.

2

A Câmara de Vereadores de determinado município aprovou projeto de lei e o encaminhou ao Chefe do Poder Executivo, que vetou uma parte do projeto e sancionou a outra, terminando por promulgar a lei municipal. Em suas razões de veto, que ainda pendem de apreciação pela Câmara de Vereadores, argumentou o Chefe do Poder Executivo que a parte do projeto por ele vetada é inconstitucional.

À luz desse quadro, um renomado advogado elaborou parecer defendendo que o veto parcial ao projeto foi equivocado, pois, nessa parte, o projeto mostrava-se constitucional. Acresceu, ainda, que o vício de inconstitucionalidade recaía justamente sobre a parte sancionada.

Considerando o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade, é correto afirmar que:

- (A) o veto parcial ao referido projeto de lei poderia ser impugnado via arguição de descumprimento de preceito fundamental;
- (B) caso a Câmara de Vereadores mantenha o veto, será possível a submissão, dessa parte do projeto, ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça;
- (C) a proposta de emenda à constituição, ainda que seja tida como dissonante de cláusulas pétreas, não pode ser impugnada via arguição de descumprimento de preceito fundamental;
- (D) as leis municipais de natureza pré-constitucional não podem ser impugnadas via arguição de descumprimento de preceito fundamental;
- (E) a arguição de descumprimento de preceito fundamental e a ação direta de inconstitucionalidade são fungíveis, com a única distinção de que a primeira alcança os atos normativos pré-constitucionais.

3

Determinada lei estadual, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, criou o “*Fundo Estadual de Combate às Desigualdades Sociais*”, com finalidades definidas, e reconheceu, como crédito presumido do ICMS, os valores efetivamente depositados pelos respectivos contribuintes junto ao referido Fundo. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que essa lei é:

- (A) inconstitucional, pois concedeu uma forma de incentivo ou benefício fiscal, em matéria de ICMS, sem o consenso dos demais Estados e do Distrito Federal;
- (B) constitucional, pois o Estado possui competência para legislar sobre direito financeiro e pode definir a origem das receitas e os fins a serem alcançados pelo Fundo;
- (C) inconstitucional, pois a União tem competência privativa para legislar sobre matéria orçamentária, direito financeiro e normas gerais de direito tributário;
- (D) constitucional, pois o combate às desigualdades regionais é um objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, de modo que o Estado pode editar leis com esse fim;
- (E) inconstitucional, pois a lei não pode criar mecanismo que permita o direcionamento da receita do ICMS para a satisfação de finalidades específicas e determinadas.

4

Determinada Constituição Estadual, com o objetivo de assegurar padrões mínimos de eficiência na organização político-administrativa dos municípios situados no respectivo território, dispõe que:

I - as secretarias municipais devem ter a sua eficiência aferida junto à população e, no caso de pontuação insuficiente por três anos consecutivos, a respectiva secretaria será extinta;

II - as leis orçamentárias municipais devem destinar 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida a programas sociais voltados ao amparo dos moradores de rua;

III - a convocação de Secretário Municipal, para prestar esclarecimentos ao Poder Legislativo Municipal, somente pode ser aprovada pelo Plenário, não pelas comissões, efetivas ou temporárias.

Considerando o teor desses comandos e a funcionalidade da Constituição Estadual, é correto afirmar que:

- (A) somente o comando (I) poderia ter sido nela inserido;
- (B) somente o comando (II) poderia ter sido nela inserido;
- (C) somente o comando (III) poderia ter sido nela inserido;
- (D) nenhum dos comandos poderia ter sido nela inserido;
- (E) todos os comandos poderiam ter sido nela inseridos.

5

Considerando a repartição de competências entre os entes federados estabelecida na Constituição Federal, os mecanismos federativos de integração e de cooperação, bem como as normas constitucionais de direito ambiental e o ordenamento em vigor a respeito dos espaços territoriais especialmente protegidos, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

- (A) a função pública do saneamento básico frequentemente extrapola o interesse local e passa a ter natureza de interesse comum no caso de instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, motivo pelo qual, nessas hipóteses, é constitucional a transferência ao Estado-membro do poder concedente de funções e serviços públicos de saneamento básico;
- (B) é inconstitucional lei estadual que, no exercício da competência legislativa para dispor sobre legislação e ensino, fixe número máximo de alunos em sala de aula, por se tratar de norma geral afeta às diretrizes e bases da educação nacional;
- (C) é inconstitucional norma federal que reserve percentual mínimo de carga horária dos docentes da educação básica para dedicação às atividades extraclasse, visto que a matéria é de interesse local, cuja definição deve atender a circunstâncias peculiares de cada região;
- (D) no conflito entre lei estadual e lei municipal que versem sobre matéria ambiental e controle da poluição, deve prevalecer a norma editada pelo Estado-membro, independente de qual seja a mais protetiva ao meio ambiente, visto que o regramento local deve ser harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados;
- (E) o prazo prescricional da pretensão de reparação do dano ambiental, mediante recomposição da área degradada, observa o princípio da *actio nata*, passando a correr do momento da aquisição do imóvel pelo poluidor indireto, considerando a sua natureza *propter rem*.

6

Considerando a sistemática de incorporação, na ordem jurídica interna, dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos, bem como a posição que podem ocupar no escalonamento das normas, é correto afirmar, de acordo com o entendimento prevalecente no âmbito do Supremo Tribunal Federal, que:

- (A) sempre terão natureza supralegal, mas infraconstitucional;
- (B) podem ter natureza infralegal ou constitucional;
- (C) sempre terão natureza legal e infraconstitucional;
- (D) podem ter natureza supralegal ou constitucional;
- (E) sempre terão natureza constitucional.

7

Relativamente ao controle da constitucionalidade das leis e atos normativos, suas modalidades e respectivas ações, é correto afirmar, com atenção à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que:

- (A) não é possível conhecer de ação direta de inconstitucionalidade como arguição de descumprimento de preceito fundamental, em caso de inadmissibilidade daquela, por incompatibilidade entre seus objetos e os ritos previstos na Lei nº 9.868/99 e na Lei nº 9.882/99;
- (B) dentre as técnicas de modulação de efeitos das decisões em controle abstrato de constitucionalidade, figura a denominada “pure prospectivity”, por meio da qual ocorre a superação da jurisprudência, aplicando-se o novo entendimento para aquela decisão que originou a superação da antiga tese e para casos futuros;
- (C) proposta a ação direta de inconstitucionalidade, não é dado ao autor desistir do pedido principal, mas é possível a desistência total ou parcial da medida cautelar;
- (D) a substancial alteração do parâmetro de controle em ação direta de inconstitucionalidade gera prejuízo em relação ao conhecimento do pedido, pois essa via não é apta ao controle abstrato de lei ou ato normativo em face de dispositivos da Constituição Federal que não se encontram mais em vigor;
- (E) é admissível a cumulação, em um mesmo processo de controle abstrato, da ação direta de inconstitucionalidade com ação declaratória de constitucionalidade, apesar da ausência de fundamento expresso na Lei nº 9.868/99, por aplicação das regras de cumulação de pedidos previstas para os processos ditos subjetivos.

8

Em razão da morte do governador, fato ocorrido quatro meses antes do término do seu mandato, Eustáquio, vice-governador, terminou por sucedê-lo. Nas eleições realizadas no mesmo ano, Eustáquio concorreu ao cargo de governador e teve expressiva votação, iniciando o respectivo mandato no ano seguinte. Apesar do êxito, Eustáquio, político ambicioso, já iniciou o planejamento a respeito do seu futuro e o do seu filho Eustaquinho, que completará vinte e um anos exatamente no dia da próxima eleição para cargos eletivos federais e estaduais. De acordo com a sistemática constitucional de inelegibilidades, é correto afirmar que, na próxima eleição, acima referida:

- (A) Eustaquinho não poderá concorrer a qualquer cargo eletivo no âmbito do território de jurisdição do seu pai;
- (B) Eustáquio não precisará renunciar ao mandato de governador para que possa concorrer ao mesmo cargo na próxima eleição;
- (C) Eustaquinho somente poderá concorrer ao cargo de Senador, no mesmo Estado, caso seu pai renuncie ao mandato de governador até seis meses antes do pleito;
- (D) Eustáquio somente poderá concorrer ao cargo de governador, na próxima eleição, caso renuncie seis meses antes do pleito;
- (E) Eustaquinho somente não poderá concorrer a cargos estaduais, inexistindo óbice a que concorra para cargos federais.

9

Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça sobre as ações constitucionais, os mandados de segurança individual e coletivo, e a ação civil pública, é correto afirmar que:

- (A) o Ministério Público detém legitimidade ativa *ad causam* para ajuizar ação civil pública no interesse dos cidadãos lesados por exação tributária indevida;
- (B) as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para, em caráter coletivo ou individual, representar seus filiados judicialmente;
- (C) os sindicatos têm legitimidade extraordinária para defender em juízo os direitos e interesses coletivos ou individuais dos integrantes da categoria que representam, sendo desnecessária qualquer autorização destes;
- (D) o objeto do mandado de segurança coletivo impetrado por organização sindical deve ser um direito dos associados que guarde vínculo com os fins próprios da entidade impetrante do *writ*;
- (E) a execução individual de título judicial decorrente de ação civil pública ajuizada por entidade associativa pode ser promovida por qualquer dos seus associados, tenham ou não expressamente autorizado a propositura da demanda coletiva, bastando a previsão estatutária.

10

O Chefe do Poder Executivo de determinado município nordestino formulou consulta à sua assessoria jurídica solicitando que fosse esclarecido para qual órgão deveriam ser encaminhadas as contas a respeito da aplicação dos recursos repassados pela União, em razão da participação do município no resultado da exploração de gás natural realizada em seu território. De acordo com a sistemática constitucional, é correto afirmar que as contas devem ser analisadas:

- (A) pelo Tribunal de Contas do respectivo município, pois a receita auferida se incorporou ao patrimônio municipal;
- (B) exclusivamente pela Câmara Municipal, órgão competente para emitir parecer e julgar as contas de governo apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo do município;
- (C) pelo Tribunal de Contas da União, pois os recursos minerais, inclusive os do subsolo, são de propriedade da União;
- (D) exclusivamente pelo Congresso Nacional, órgão competente para apreciar a correta aplicação de bens e receitas da União;
- (E) pelo Tribunal de Contas do Estado, pois pertencem a cada ente federativo as receitas recebidas a título de participação, sendo tão somente repassadas pela União.

Direito Administrativo

11

Determinado ente público celebra contrato com escritório de advocacia para o patrocínio de causa específica, que requer notória especialização. Satisfeito com o serviço prestado, resolve prorrogar o contrato, para incluir assessoria jurídica ordinária na prestação dos serviços. Tendo em vista a situação hipotética apresentada, é correto afirmar que:

- (A) a contratação de escritório de advocacia com notória especialização é uma hipótese de inexigibilidade de licitação, sendo imprescindível haver prévio processo administrativo justificando a escolha do fornecedor, como condição de eficácia do ato;
- (B) havendo regular processo administrativo de dispensa de licitação, a inexistência de forma escrita do contrato não ofende a lei de regência, eis que o instrumento de contrato só é obrigatório nas contratações precedidas de licitação;
- (C) conforme reiterada jurisprudência do STJ, o contrato nulo não obriga a administração pública mesmo quando esta nulidade é imputável a ela, pois é exigível do particular o conhecimento das regras atinentes a licitações e contratos administrativos;
- (D) se não for comprovada a lesão efetiva ao erário, a simples dispensa indevida de licitação não impõe a condenação do agente público nas penas por improbidade administrativa, por ser hipótese de responsabilidade subjetiva;
- (E) o mesmo limite existente à alteração quantitativa do objeto do contrato administrativo é aplicável à alteração do prazo de vigência.

12

Acerca da responsabilidade civil extracontratual do Estado, é correto afirmar que:

- (A) há responsabilidade do Estado por danos causados a particulares decorrentes de lei declarada inconstitucional pelo Poder Judiciário;
- (B) a responsabilidade civil das concessionárias e permissionárias de serviço público pressupõe a existência de falha na prestação do serviço;
- (C) o Estado é solidariamente responsável por quaisquer danos decorrentes de condutas das concessionárias e permissionárias de serviços públicos;
- (D) o direito de regresso é exercido pelo Estado contra seus agentes que, agindo no horário de trabalho, tenham intencionalmente dado causa a danos a terceiros;
- (E) a indenização devida pelo Estado à vítima deve ser proporcional ao grau de culpabilidade do agente estatal causador do dano.

13

Um dos grandes desafios do administrador público, na atualidade, tem sido a administração do sistema prisional, abrindo o debate acerca da possibilidade de participação do setor privado na administração do sistema penitenciário. Acerca do tema, e considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

- (A) é viável a realização de parceria público-privada para a construção e gestão de estabelecimento prisional, na modalidade patrocinada, pois a administração pública deverá arcar com a totalidade das despesas envolvidas na atividade;
- (B) o contrato de parceria público-privada deve prever, dentre as suas cláusulas, a delegação do poder de polícia ao particular, para que haja efetiva fiscalização no interior do presídio;
- (C) a morte de um detento no interior do estabelecimento prisional, seja por ato de terceiro ou por suicídio, enseja a responsabilidade objetiva do Estado, sendo prescindível a demonstração da culpa;
- (D) se um detento, alguns meses após fugir do estabelecimento prisional, subtrair bem de terceira pessoa, será o Estado obrigado a reparar o dano;
- (E) não cabe ao Tribunal de Contas do respectivo Estado fiscalizar a execução de um contrato de parceria público-privada, eis que se trata de atividade desenvolvida por particular.

14

Maria é médica e pretende prestar concurso público, com a intenção de obter mais de um cargo público. A propósito do tema, é correto afirmar que:

- (A) é ilícita a acumulação de cargo de médico de um hospital público com o cargo de professor de uma universidade pública;
- (B) na acumulação remunerada de cargos públicos, o limite remuneratório incide sobre a soma das remunerações percebidas pelo servidor público;
- (C) a administração pública deverá adequar a carga horária da servidora para possibilitar a acumulação remunerada de cargos;
- (D) o cargo de auditor do Tribunal de Contas poderá ser acumulado com o cargo de médico, pois ambos são cargos com profissão regulamentada;
- (E) no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a acumulação de cargo técnico-científico com um cargo de professor é condicionada à correlação de matérias entre os cargos.

15

Acerca dos atos administrativos e do Poder de Polícia, é correto afirmar que:

- (A) a licença é o ato administrativo editado a partir do poder discricionário da administração pública, conferindo ao particular o direito à prática de determinada atividade de natureza privada;
- (B) a permissão condicionada pode ser revogada a qualquer tempo, desde que obedecidos os critérios de conveniência e oportunidade;
- (C) o consentimento de polícia, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é passível de delegação a um particular;
- (D) os denominados atos de consentimento, tais como licença, autorização e permissão, têm natureza declaratória, ou seja, limitam-se a enunciar um direito do particular;
- (E) a admissão é espécie de ato administrativo editado para que seja admitido ao serviço público o candidato regularmente aprovado em concurso de provas ou de provas e títulos.

16

A respeito do regime jurídico dos bens públicos, é correto afirmar que:

- (A) os bens públicos não podem ser desapropriados, nem adquiridos por usucapião;
- (B) os bens pertencentes às empresas estatais podem ser penhorados, ainda quando afetados à prestação de serviços públicos;
- (C) os bens públicos dominicais são inalienáveis, impenhoráveis e imprescritíveis;
- (D) os bens públicos de uso comum do povo e de uso especial podem ser dados em garantia de dívidas do Tesouro Nacional;
- (E) a alienação de bens públicos imóveis depende de lei autorizativa, avaliação prévia e licitação.

17

A licitação é o procedimento que concretiza determinados princípios constitucionais, tais como os da impessoalidade e eficiência. Considerando a jurisprudência dominante acerca do tema, é correto afirmar que:

- (A) cada ente deve editar as suas normas gerais de licitação e contratos, em vista da autonomia dos entes federados;
- (B) é válida a cláusula de edital que exige, para fins de qualificação técnica, que o licitante já tenha atuado em execução de obra similar àquela objeto da contratação;
- (C) é necessário que a administração já disponha dos recursos orçamentários pertinentes ao contrato no momento da realização da licitação;
- (D) em vista do princípio da economicidade, é ilícita licitação que se destina a contratar, exclusivamente, microempresa ou empresa de pequeno porte;
- (E) o sistema de registro de preços obriga a administração pública a adquirir os produtos conforme os limites indicados no processo licitatório.

18

De acordo com a Lei do Processo Administrativo Federal (Lei nº 9.784/1999):

- (A) as competências administrativas podem ser delegadas somente a órgãos hierarquicamente subordinados ao órgão delegante;
- (B) as competências administrativas suscetíveis de delegação incluem a edição de atos normativos e a decisão de recursos administrativos;
- (C) o ato de delegação pode ser veiculado por qualquer forma idônea, dispensada, nos termos da lei, a sua publicação no meio oficial;
- (D) as competências administrativas são indelegáveis, tendo em vista o princípio da indisponibilidade do interesse público;
- (E) as competências administrativas de um órgão hierarquicamente inferior podem ser avocadas, em caráter excepcional e temporário, por motivo justificado.

19

O Brasil já vivenciou inúmeros casos envolvendo corrupção em diversas esferas de poder, o que levou à promulgação de leis com o intuito de desestimular a prática de atos de corrupção.

Acerca do tema, é correto afirmar que:

- (A) promovida a ação civil pública por improbidade administrativa, o processo administrativo de apuração de responsabilidade previsto na Lei anticorrupção será suspenso, ante a existência de prejudicialidade externa;
- (B) o ato de improbidade administrativa pode ser reconhecido em âmbito administrativo, com o intuito de aplicação de pena disciplinar de demissão ao servidor público ímprobo;
- (C) dado o caráter sancionatório da lei anticorrupção, a responsabilidade da pessoa jurídica é de natureza subjetiva, isto é, para aplicação das sanções, é imprescindível a demonstração da culpa;
- (D) a tentativa de prática de ato de improbidade administrativa não pode ser punida, por ausência de norma de extensão que a torne típica;
- (E) a ação civil por improbidade administrativa pode ser ajuizada somente em face do particular, que se beneficiou do ato ímprobo.

20

A Constituição de 1988 procurou cuidar de vários temas sobre os servidores públicos, como o teto remuneratório; a perspectiva da revisão geral dos valores vencimentais e a estabilidade.

Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir:

I – A percepção de subsídio por servidor público exclui o direito a quaisquer outras vantagens, inclusive diárias e verbas indenizatórias.

II – A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos se dá de forma automática, prescindindo de lei que a preveja.

III – A estabilidade alcança os empregados públicos que hajam sido admitidos por aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos.

São corretas as seguintes alternativas:

- (A) I, II e III;
- (B) somente I e II;
- (C) somente I e III;
- (D) somente II e III;
- (E) nenhuma delas.

Direito Financeiro

21

O Prefeito de um município não encaminha ao Poder Legislativo municipal, no prazo previsto na Lei Orgânica, o projeto de Lei Orçamentária Anual. Diante desse quadro, caberá:

- (A) ao presidente da Câmara de Vereadores apresentar a proposta orçamentária;
- (B) à Câmara de Vereadores considerar como proposta a Lei de Orçamento vigente;
- (C) à Câmara de Vereadores aprovar créditos extraordinários para suprir a falta de proposta orçamentária;
- (D) ao líder do Governo na Câmara de Vereadores apresentar a proposta orçamentária;
- (E) à Câmara de Vereadores aprovar créditos suplementares para suprir a falta de proposta orçamentária.

22

O Estado X auferir receitas de variadas fontes. A alternativa que só compreende receitas derivadas é:

- (A) royalties do petróleo, taxa pela fiscalização ambiental e taxa pela ocupação de imóvel cedido a particular;
- (B) ICMS (imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços específicos), IPVA (imposto sobre a propriedade de veículos automotores) e taxa pela ocupação de imóvel cedido a particular;
- (C) ICMS (imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços específicos), IPVA (imposto sobre a propriedade de veículos automotores) e ITD (imposto sobre a transmissão *causa mortis* ou doação);
- (D) dividendos oriundos da participação societária do Estado em sociedade de economia mista, taxa pelo serviço público de combate a incêndio e ITD (imposto sobre a transmissão *causa mortis* ou doação);
- (E) taxa pela ocupação de imóvel cedido a particular, royalties do petróleo e dividendos oriundos da participação societária do Estado em sociedade de economia mista.

23

O Estado Y, ao final do mês, paga a remuneração devida (i) aos seus servidores e (ii) às pessoas jurídicas que lhe prestaram serviços no mês anterior. Ambos os pagamentos sofrem a retenção do imposto de renda na fonte (IR-Fonte), que caberá:

- (A) à União, exclusivamente;
- (B) ao Estado, exclusivamente;
- (C) à União o IR-Fonte incidente no pagamento feito ao grupo (ii), e ao Estado o IR-Fonte incidente no pagamento feito ao grupo (i);
- (D) à União o IR-Fonte incidente no pagamento feito ao grupo (i), e ao Estado o IR-Fonte incidente no pagamento feito ao grupo (ii);
- (E) à União e ao Estado, mediante partilha do IR-Fonte incidente no pagamento feito aos dois grupos.

24

Em um determinado exercício, até o dia 17 de julho, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para o exercício seguinte ainda não tinha sido votado.

Diante desse quadro, a sessão legislativa:

- (A) será interrompida, e caberá a uma comissão mista permanente de Senadores e Deputados aprovar o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- (B) não será interrompida, e caberá ao Congresso Nacional aprovar o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- (C) será interrompida, mas caberá a uma comissão mista permanente de Senadores e Deputados examinar e emitir parecer sobre o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- (D) será interrompida, mas caberá a uma comissão mista permanente de Senadores e Deputados examinar e emitir parecer sobre o projeto até o seu reinício;
- (E) não será interrompida, mas caberá ao Senado Federal exclusivamente aprovar o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Direito Tributário

25

Lei de um estado da Federação, publicada no dia 28 de dezembro, diminui a alíquota geral do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) de 18% para 16%. Um contribuinte vendeu mercadorias ao longo do mês de dezembro até o dia 28 e calculou o ICMS pela alíquota de 18%. O prazo para recolhimento do ICMS relativo ao mês de dezembro é 10 de janeiro. Diante do exposto, o contribuinte:

- (A) deverá refazer o cálculo do imposto, por conta da retroatividade benigna;
- (B) deverá refazer o cálculo, por conta do princípio da segurança jurídica;
- (C) não deverá refazer o cálculo do imposto, pois o fato gerador já estava completo;
- (D) deverá refazer o cálculo do imposto, pois o fato gerador ainda estava pendente;
- (E) não deverá refazer o cálculo do imposto, pois somente lei complementar pode determinar a eficácia retroativa.

26

Um profissional médico vem a ser sancionado com a suspensão do exercício profissional por 30 (trinta) dias pelo Conselho Regional de Medicina do estado. Apesar da penalidade, ele continua a prestar serviços médicos durante o período. Como a prestação de serviços médicos é fato gerador do Imposto sobre Serviços de qualquer natureza (ISS), a municipalidade, ao descobrir tal fato, autua o profissional para cobrar o ISS não pago, mais multa e juros. A autuação está:

- (A) incorreta, pois a capacidade tributária passiva depende de achar-se a pessoa natural autorizada ao exercício de atividades profissionais;
- (B) correta, pois a sanção de suspensão foi estabelecida por órgão fiscalizador do exercício de profissão regulamentada de nível regional;
- (C) incorreta, pois o fato gerador do ISS depende de achar-se o profissional autorizado ao exercício da atividade prevista na hipótese de incidência;
- (D) incorreta, pois a sanção de suspensão não foi estabelecida por órgão fiscalizador do exercício de profissão regulamentada de nível nacional;
- (E) correta, pois a capacidade tributária passiva independe de achar-se a pessoa natural autorizada ao exercício de atividades profissionais.

27

O débito do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da pessoa jurídica XYZ Ltda. é por esta declarado, mas não recolhido. Três anos após a declaração o crédito tributário é inscrito em dívida ativa estadual. E três anos depois, a execução fiscal é ajuizada. Em tal cenário, é correto afirmar que o crédito tributário está:

- (A) extinto por força da decadência;
- (B) extinto por força da prescrição;
- (C) com sua exigibilidade suspensa por força da declaração de débito feita pelo contribuinte;
- (D) com sua exigibilidade suspensa por força da execução fiscal proposta pela Fazenda Pública credora;
- (E) íntegro e exigível, devendo a execução fiscal ter curso normal para obter a satisfação do crédito.

28

O Município Alfa altera a legislação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), que, graças às inovações introduzidas, passa a ter alíquotas (i) diferenciadas pela localização do imóvel; e (ii) progressivas conforme o valor do imóvel. Nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) é constitucional a inovação introduzida no item (i), apenas;
- (B) é constitucional a inovação introduzida no item (ii), apenas;
- (C) é constitucional a inovação introduzida em ambos os itens;
- (D) é inconstitucional a inovação introduzida em ambos os itens, pois a diferenciação e a progressividade de alíquota do IPTU é tema reservado à lei complementar nacional;
- (E) é inconstitucional a inovação introduzida em ambos os itens, pois nem mesmo por lei complementar se admite a diferenciação e a progressividade de alíquota do IPTU em razão da localização e do valor do imóvel.

Direito Civil

29

Sobre o conflito de leis no tempo, é correto afirmar que:

- (A) a revogação tácita equivale à repristinação;
- (B) a lei especial não revoga a lei geral anterior;
- (C) não é admitida a derrogação expressa;
- (D) o efeito repristinatório é admitido em todas as leis;
- (E) a ab-rogação das leis é defesa pelo ordenamento jurídico.

30

Anos após a celebração de uma doação sob condição suspensiva, até hoje não implementada, é correto afirmar que:

- (A) o donatário tem um direito adquirido, embora esteja suspenso o seu exercício até que a condição seja implementada;
- (B) o não-implemento do fato futuro e incerto caracteriza a revogação da doação;
- (C) tendo a condição sido expressa como razão determinante, a doação considera-se inexistente;
- (D) admite-se, em caráter excepcional, que a condição seja maliciosamente levada a efeito pela parte a quem aproveita o seu implemento;
- (E) enquanto a condição não se verificar, não se terá adquirido o direito a que visa o negócio jurídico.

31

Augusto conferiu mandato, com poderes representativos, a Angélica, com a finalidade de venda de um imóvel do mandante. Em seguida, a mandatária substabeleceu os poderes para Semprônio. O substabelecido, por sua vez, vendeu o bem para Angélica e repassou o preço para Augusto, que reagiu, tendo em vista a confiança depositada na mandatária.

Pode-se assegurar que:

- (A) a venda é anulável, configurado o conflito de interesses no chamado “negócio consigo mesmo”;
- (B) a venda é inexistente, pois apenas Augusto poderia conferir os poderes a Semprônio;
- (C) ocorreu o mandato em causa própria, que dispensa a prestação de contas;
- (D) para a alienação de bens, não depende a procuração de poderes especiais;
- (E) o poder de transigir importa o de firmar compromisso.

32

A Comissão de Valores Mobiliários recebe denúncia protocolizada por Marcelo, um dos acionistas da Sociedade URCA S.A, companhia de capital fechado, por funcionar sem a constituição do Conselho de Administração.

Considerando as disposições contidas na Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/1976), a denúncia será:

- (A) arquivada, porque sua criação não é obrigatória para a administração das sociedades, seja para aquelas de capital aberto ou fechado;
- (B) arquivada, porque a criação do Conselho de Administração só é necessária para funções executivas quando se tratar de sociedade anônima de capital fechado;
- (C) acolhida, porque a criação do Conselho de Administração, em se tratando de sociedade anônima de capital fechado, é órgão imprescindível à sua administração;
- (D) acolhida, porque a sua criação é imprescindível, já que é órgão supremo de todas as sociedades anônimas, seja de capital aberto ou fechado;
- (E) arquivada, porque a criação do Conselho de Administração não é obrigatória, por se tratar a sociedade denunciada de sociedade anônima de capital fechado.

33

Pedro teve seu táxi atingido pelo caminhão da Sociedade Transvelocidade S.A. no dia 10 de dezembro de 2010. Esgotadas as tentativas de acordo, Pedro propôs ação de indenização em 25 de maio de 2015. Sobre o caso, é correto concluir que:

- (A) embora o abaloamento constitua um ato ilícito, a pretensão de indenização está prescrita;
- (B) o direito potestativo à indenização decai em cinco anos, a contar da data do fato;
- (C) são imprescritíveis as consequências civis dos acidentes de trânsito, ainda que as multas administrativas tenham caducado;
- (D) constitui abuso de direito a exigência de lucros cessantes, decorrentes do fato narrado;
- (E) o prazo prescricional ficou suspenso enquanto as partes negociaram o acordo frustrado, devendo o juiz conceder a indenização dos danos comprovados.

Direito Penal

34

A embriaguez provocada pelo uso do álcool pode excluir a culpabilidade quando:

- (A) for preordenada;
- (B) decorrer de força maior e diminuir a capacidade de entender a ilicitude do fato;
- (C) for culposa;
- (D) for patológica;
- (E) for habitual.

35

Durante uma noite de trabalho, Lucio, funcionário público, esquece, de maneira culposa, o cofre da repartição aberto. Thiago, também funcionário público, ao perceber aquela situação, comunica o fato ao seu melhor amigo Henrique, que, sabendo da função exercida por Thiago, vai ao seu encontro. Utilizando a chave de Thiago da sala em que se localiza o cofre, Henrique subtrai determinada quantia. Descoberto o fato, Thiago e Henrique foram denunciados por peculato doloso, enquanto que a Lucio foi imputada a prática do delito de peculato culposo. Após a denúncia, mas antes de proferida a sentença, Lucio reparou o prejuízo sofrido pela administração.

De acordo com a narrativa, é correto afirmar que:

- (A) Henrique, particular estranho ao serviço público, deve ter sua conduta desclassificada para furto qualificado, eis que o peculato é crime próprio que somente pode ter como sujeito ativo o funcionário público;
- (B) o crime de peculato doloso não admite a redução da pena na forma do artigo 16 do Código Penal (arrepentimento posterior), tendo em vista que também visa proteger a moralidade pública;
- (C) a reparação do dano por Lucio antes da sentença condenatória funciona como causa de redução de sua sanção penal;
- (D) o funcionário público que, valendo-se da facilidade que lhe proporciona a qualidade de servidor, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai para si ou para outrem, deve responder por peculato-apropriação;
- (E) a reparação do dano por Lucio antes de eventual sentença condenatória funciona como causa de extinção da punibilidade.

36

Com relação aos crimes contra as finanças públicas inseridos no Código Penal pela Lei nº 10.028/2000 (artigo 359-A/H), é correto afirmar que:

- (A) admite-se, excepcionalmente, a forma culposa;
- (B) em razão de sua gravidade, não se admite a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos;
- (C) a tentativa não é admitida em qualquer de suas hipóteses;
- (D) a suspensão condicional do processo não é cabível em qualquer de suas formas;
- (E) trata-se de crime próprio, eis que praticado por funcionário público que tenha atribuição legal ou titular de mandato ou legislatura.

37

Preocupado com as notícias divulgadas por jornal da cidade acerca de irregularidades ocorridas na administração municipal, o prefeito decide eliminar a vida do jornalista responsável pelas matérias. Dessa forma, ainda que ciente de que o jornalista alvo sempre estava acompanhado de um segurança que dirigia o seu automóvel, coloca uma bomba dentro do veículo, certo de que o explosivo seria acionado à distância. No momento em que o jornalista alvo e seu motorista ingressaram no carro, foi acionado o explosivo, que destruiu o veículo e causou a morte do jornalista, alvo principal, e do motorista.

Com relação à morte deste último, o agente atuou com:

- (A) dolo alternativo;
- (B) dolo eventual;
- (C) dolo direto de primeiro grau;
- (D) dolo direto de segundo grau;
- (E) culpa, já que não desejava inicialmente aquele resultado, que, todavia, era previsível.

38

Sobre o tema concurso de agentes, é correto afirmar que:

- (A) em regra, aquele que instiga terceira pessoa à prática de um crime, por este responder, ainda que o instigado não tenha iniciado a execução do delito;
- (B) não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, mesmo quando elementares do crime;
- (C) na teoria da acessoriedade limitada, somente haverá a punição do partícipe se o autor houver praticado uma conduta que seja típica, ilícita e culpável;
- (D) se um dos concorrentes quis participar de crime menos grave, a pena deste lhe será aplicada, com o aumento de metade na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave;
- (E) não se exige homogeneidade de elemento subjetivo no concurso de pessoas, admitindo-se participação culposa em crime doloso.

Direito Previdenciário

39

A Lei Estadual nº 6.243/2012 cria, no Estado do Rio de Janeiro, o regime de previdência complementar dos servidores públicos. Sobre esse sistema, é correto afirmar que:

- (A) de acordo com o regramento vigente, a adesão a esse regime é automática para todos que tenham ingressado em cargo público após a edição da Lei Estadual nº 6.243/2012;
- (B) somente poderão participar desse regime os servidores públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo;
- (C) caso um servidor público de outro ente federativo venha a ingressar em carreira pública do Estado do Rio de Janeiro após a publicação da Lei Estadual nº 6.243/2012, haverá, necessariamente, a aplicação do limite máximo do Regime Geral de Previdência Social ao futuro benefício do servidor;
- (D) não se aplica aos servidores e conselheiros do Tribunal de Contas do Estado;
- (E) a prerrogativa dos Estados em criar o regime de previdência complementar não é absoluta, cabendo observar as regras gerais fixadas pela União em lei complementar.

40

Acerca do Regime Próprio de Previdência do Servidor Público do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e do Regime de Previdência Complementar no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, instituído pela Lei Estadual nº 6.243, de 21/05/2012, é correto afirmar que:

- (A) a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência próprio é permitida, desde que decorrentes de cargos acumuláveis na atividade, não se aplicando o teto remuneratório previsto na constituição federal;
- (B) os servidores públicos do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro em exercício antes da Lei Estadual nº 6.243, de 21/05/2012, também poderão participar do plano de benefícios, na modalidade contribuição definida, da entidade fechada de previdência complementar instituída pelo Estado do Rio de Janeiro, com renúncia irrevogável e irretroatável aos direitos decorrentes de regimes anteriores;
- (C) o servidor do sexo masculino que exerce o cargo de professor na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ tem direito a se aposentar aos cinquenta e cinco anos de idade e após trinta anos de contribuição, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e de cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria;
- (D) os membros do Poder Judiciário e do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro que vierem a ser nomeados permanecerão sujeitos a regime próprio de previdência social, não lhes sendo aplicado o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social;
- (E) os ocupantes de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração são segurados, em quaisquer casos, do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

41

O Município de Quebabe, localizado no Estado do Rio de Janeiro, dotado de Regime Próprio de Previdência Social, fixou, em legislação municipal, o cálculo da pensão por morte decorrente do óbito de servidores ativos de acordo com a última remuneração antes do falecimento, sem qualquer limitador. Tal normatização, em relação à Constituição Federal de 1988, está:

- (A) de acordo, tendo em vista tratar-se de pensão por morte;
- (B) em desacordo, haja vista a necessidade de quantificar o benefício de acordo com a média aritmética das remunerações do servidor falecido;
- (C) de acordo, pois preserva a regra constitucional da integridade da pensão por morte;
- (D) em desacordo, pois a renda mensal da pensão por morte, no que extrapolar o limite máximo do Regime Geral de Previdência Social, sofre redutor de 30 (trinta) %;
- (E) de acordo, haja vista tratar-se de Regime Próprio de Previdência Social, o qual não observa os limites do Regime Geral de Previdência Social.

42

JFG, economista, profissional liberal, sem qualquer vínculo pretérito com a Administração Pública, é nomeado secretário de fazenda do Estado do Rio de Janeiro. Sobre sua situação previdenciária, é correto afirmar que JFG:

- (A) não poderá, na presente condição, vincular-se ao Regime Próprio de Previdência do Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista ocupar cargo em comissão;
- (B) por não pertencer ao Regime Próprio de Previdência do Estado do Rio de Janeiro, poderá contribuir facultativamente ao Regime Geral de Previdência Social;
- (C) só poderá ter seu tempo de trabalho no Estado do Rio de Janeiro computado em outro regime previdenciário mediante indenização do segurado, nos termos da legislação;
- (D) ao completar setenta anos de idade, não mais poderá ocupar o presente cargo, tendo em vista vedação constitucional expressa;
- (E) deve ser exonerado da função, tendo em vista não possuir cargo público de provimento efetivo, o que impede sua vinculação ao Regime Próprio de Previdência do Estado do Rio de Janeiro.

43

A seguridade social, nos termos da Constituição de 1988, estabelece diversas diretrizes e princípios para seu funcionamento. Dentro dos três subsistemas criados (previdência social, assistência social e saúde), é correto afirmar que:

- (A) a universalidade de cobertura e atendimento é objetivo exclusivo da saúde, tendo em vista ser o único subsistema aberto a todos e independente de contribuição;
- (B) a previsão de aposentadorias diferenciadas para homens e mulheres é inconstitucional por violar o princípio da isonomia;
- (C) a União, como forma de atender os objetivos da seguridade social, poderá criar novas contribuições sociais, desde que aprovadas por lei complementar e com ineditismo de fato gerador e base de cálculo, além de não cumulativas;
- (D) a previdência complementar, nos termos da Constituição de 1988, somente poderá conceder benefícios após o interessado ter se aposentado, regularmente, pela previdência social pública;
- (E) a previsão de benefícios previdenciários na Constituição de 1988, tanto para servidores como trabalhadores da iniciativa privada, é exemplificativa, podendo sofrer restrições ou ampliações por lei, independente do custeio.

Teoria Geral do Processo**44**

Júlio ajuizou ação indenizatória em face de X Serviços Online Ltda., motivado por alegado uso de perfil falso em rede social administrada pela ré, que foi mantido mesmo após diversos contatos do internauta solicitando a remoção da página. Em sua resposta, a ré sustentou ilegitimidade passiva e ausência de dever de monitorar o conteúdo disponibilizado pelos usuários, não havendo ilícito a ensejar reparação. O juízo julgou procedente o pedido. A ré interpôs o recurso cabível objetivando a reforma da sentença; o autor ingressou com recurso adesivo pleiteando a majoração dos danos morais.

A respeito dessa situação hipotética, é correto afirmar que o recurso adesivo de Júlio é cabível:

- (A) bem como pode ser utilizado pela parte parcialmente vencida em qualquer das modalidades recursais previstas em lei, haja vista ser medida processual suplementar;
- (B) mas somente pode ser conhecido em caso de provimento no recurso principal, ao qual está em condição expressa de subordinação;
- (C) e mesmo que o recurso principal seja inadmitido por deserção, mas só neste caso, a manifestação de Júlio poderá ainda assim ser apreciada pelo órgão *ad quem*;
- (D) mas, para desistir do recurso adesivo já interposto, Júlio necessitará de anuência do recorrido;
- (E) mas não poderá ser conhecido caso a ré, primeira recorrente, desista do recurso principal interposto.

45

Tício, Mévio e Caio ingressaram com ação judicial em face da União Federal, aduzindo que determinado ato da Administração extrapolou o estabelecido em lei ordinária no que tange aos critérios de cálculo de gratificação mensal da categoria profissional dos autores. O pedido foi acolhido e, esgotada a fase recursal no Tribunal Regional, a União ingressou com Recurso Especial, enquadrando-se o processamento na forma de recurso repetitivo, a respeito do qual é correto afirmar que:

- (A) compete ao ministro presidente do STJ, ao receber diversos recursos com a mesma matéria de direito, reconhecer-lhe a condição de recurso repetitivo, tomar um ou mais como representativos da controvérsia, e devolver os demais ao tribunal de origem, para que aguardem o pronunciamento definitivo;
- (B) cabe observar o procedimento de comunicação do STJ pelo presidente do tribunal de origem, apontando os fundamentos de direito em que se fundam os recursos múltiplos que apontam para a possibilidade de incidência de recursos repetitivos; se o STJ entender não ser a hipótese, todos os recursos sobrestados deverão ser submetidos a exame de admissibilidade e remetidos ao STJ;
- (C) compete ao ministro presidente do STJ analisar arguição de hipótese de recurso repetitivo, mantendo-se sobrestados os demais até que seja reconhecida a existência da hipótese, e, não o sendo, considerar-se-ão automaticamente não admitidos todos os recursos sobrestados;
- (D) em caso de processamento na forma de recurso repetitivo, cabe ao presidente do tribunal de origem encaminhar um ou mais recursos representativos da controvérsia ao STJ, ficando sobrestados os demais recursos na origem, até pronunciamento definitivo pelo STJ;
- (E) publicado o acórdão no STJ, decidindo de modo divergente do entendimento do tribunal de origem, os recursos especiais sobrestados serão submetidos a exame de admissibilidade, não sendo possível ao tribunal de origem reanalisar a decisão recorrida.

46

O mandado de segurança:

- (A) é admissível para cobrança de dívida líquida e certa;
- (B) sendo ação constitucional, admite qualquer meio de prova indispensável para a parte demonstrar a ilegalidade ou abuso de poder;
- (C) pode ser impetrado pelo ofendido, sem necessidade de representação por advogado, à semelhança do que ocorre no caso de *habeas corpus*;
- (D) é admissível contra omissão ilegal ou abusiva de autoridade pública ou de agente de pessoa jurídica no exercício de atribuição do Poder Público;
- (E) não é admissível contra decisão judicial.

47

Dagoberto ingressou com ação judicial, visando à compensação de verba tributária. O magistrado julgou improcedente o pedido, antes mesmo de determinar a citação do réu, por se tratar de matéria unicamente de direito e ter o juízo já fixado entendimento de ser incabível a compensação pleiteada.

Partindo dessa situação, é correto afirmar que a improcedência:

- (A) *prima facie* é admissível no sistema pátrio, cabendo ao interessado ingressar com recurso de agravo de instrumento, caso insatisfeito com o julgado, justificado pela urgência em reverter a decisão;
- (B) liminar é legal, mas a norma estabelece expressamente ser cabível somente quando o entendimento do juízo estiver em consonância com o do tribunal local e entendimento sumulado do STJ;
- (C) do pedido antes da citação do réu implica cerceamento de defesa e desrespeita as garantias processuais do autor de ter a causa examinada em caráter exauriente, não tendo cabimento no sistema processual pátrio;
- (D) liminar é admissível, sem que isso implique cerceamento de defesa, cabendo ao autor, se insatisfeito, ingressar com recurso de apelação, citando-se o réu para apresentar contrarrazões;
- (E) liminar pode ser objeto de recurso de apelação e, dada a natureza recursal cabível, impõe-se a preclusão *pro judicato*, não sendo possível ao juiz modificar a própria decisão.

48

Maria ingressou com medida cautelar de sequestro tendo por objeto semoventes, cuja propriedade é disputada, alegando risco de dano. Requereu concessão de liminar em sede de cautelar, o que foi deferido. A ação principal foi ajuizada e, no seu curso, o juízo julgou improcedente o pedido na cautelar por não ter sido confirmada a presença dos requisitos autorizadores da concessão da medida, por motivo superveniente.

A respeito dessa narrativa, à luz do aspecto processual, é correto afirmar que:

- (A) o recurso cabível contra o ato do juiz de improcedência na medida cautelar é a apelação, que deverá ser recebida no duplo efeito, em prejuízo do curso da causa principal, ainda que sejam processos autônomos;
- (B) a liminar deferida no processo cautelar foi abusiva e não encontrava amparo legal, haja vista ser a própria medida cautelar a tutela de urgência almejada, cujo mérito é o *periculum in mora*;
- (C) o entendimento do julgador pela negação do pleito autoral na medida cautelar interfere diretamente no julgamento da causa principal, motivo pelo qual os processos cautelar e principal deveriam ser julgados ambos numa única sentença;
- (D) o pedido sendo julgado improcedente na cautelar, opera somente a coisa julgada formal, em qualquer hipótese;
- (E) o processo cautelar é acessório ao processo principal, mas, ainda assim, a improcedência do pedido na cautelar não interfere no julgamento da causa principal, salvo hipótese de decadência ou prescrição do direito do autor.

Controle Externo

49

Com relação às medidas que, em sede de controle externo, podem ser adotadas pelos Tribunais de Contas uma vez constatada a ilegalidade de ato editado pela Administração e a malversação de recursos públicos, é correto afirmar que:

- (A) o Chefe do Poder Executivo, esteja ele atuando como ordenador de despesas na gestão ordinária da Administração ou praticando atos de governo, sujeita-se à aplicação de multas pelo Tribunal de Contas;
- (B) verificada a ilegalidade do ato, os Tribunais de Contas podem, via de regra, não apenas declarar a respectiva invalidade, como também, desde logo, promover a edição de ato substitutivo;
- (C) os Tribunais de Contas estão autorizados a emitir medidas cautelares para prevenir lesão ao erário e garantir a efetividade de suas decisões;
- (D) os Tribunais de Contas não estão autorizados a expedir provimentos de natureza condenatória, mas apenas de natureza corretiva e sancionatória;
- (E) os Tribunais de Contas podem assinalar prazo para que as autoridades corrijam a ilegalidade apurada, mas não podem determinar a cessação dos efeitos da ilegalidade.

50

O procedimento de auditoria governamental realizado com o objetivo de avaliação da *performance* da Administração Pública quanto à economicidade, à eficiência, à eficácia e à efetividade denomina-se:

- (A) tomada de contas especial;
- (B) auditoria de conformidade;
- (C) inspeção extraordinária;
- (D) análise econômico-financeira;
- (E) auditoria operacional.

51

Um dos mais importantes mecanismos de garantia da legitimidade democrática do controle das contas públicas é:

- (A) a inafastabilidade da jurisdição dos Tribunais de Contas;
- (B) a reserva da maior parte das vagas dos Tribunais de Contas aos órgãos do Poder Legislativo, eleitos pelo sufrágio universal;
- (C) a extensão, aos membros dos Tribunais de Contas, das garantias constitucionais da magistratura;
- (D) o permissivo constitucional para que qualquer cidadão, partido político ou entidade associativa denuncie irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas;
- (E) a observância do contraditório e da ampla defesa nos processos dos Tribunais de Contas, ressalvado o que enuncia a Súmula Vinculante nº 3 do Supremo Tribunal Federal.

52

Três dos sete Conselheiros do TCE-RJ são escolhidos pelo Governador do Estado, sendo, desde que preenchidos os demais requisitos constitucionais:

- (A) dois de livre escolha e o restante escolhido, alternadamente, entre auditores do TCE-RJ e membros do Ministério Público Especial junto ao Tribunal;
- (B) um de livre escolha e os demais, alternadamente, escolhidos entre auditores do TCE-RJ e membros do Ministério Público Especial junto ao Tribunal;
- (C) um de livre escolha e os demais, alternadamente, escolhidos entre auditores do TCE-RJ e membros do Ministério Público do Estado;
- (D) dois de livre escolha e o restante escolhido, alternadamente, entre auditores do TCE-RJ e membros do Ministério Público do Estado;
- (E) escolhidos, alternadamente, entre auditores do TCE-RJ e membros do Ministério Público Especial junto ao Tribunal.

53

Após o recebimento de representação feita por associação de usuários de serviço de transporte intermunicipal, o Tribunal de Contas do Estado solicitou, para exame, edital de concorrência de contrato de concessão dessa modalidade de serviço público. Feito o exame, o Tribunal de Contas determinou à Secretaria de Estado de Transportes que alterasse a redação da minuta do contrato anexa ao edital para que fosse incluída uma cláusula de revisão periódica das tarifas a serem pagas pelos usuários. Essa determinação corretiva da Corte de Contas configura:

- (A) invasão da esfera de autonomia da Administração Pública na formatação dos editais de licitação, pois, segundo o regime constitucional vigente, o controle externo dos atos administrativos pelas Cortes de Contas é de natureza repressiva, posterior à prática do ato;
- (B) determinação ilegal, porque a Administração Pública tem discricionariedade na fixação dos critérios de revisão tarifária no contrato de concessão, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste;
- (C) determinação indevida, porque a Corte de Contas, embora, por força do art. 113, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, possa examinar previamente o edital, não pode fazer determinações à Administração, cabendo-lhe apenas responsabilizar o agente público que der causa à eventual ilegalidade;
- (D) intervenção admissível e adequada da Corte de Contas, a quem compete ampla revisão dos editais de concessão, inclusive quanto aos aspectos de mérito dos critérios de revisão previstos no contrato;
- (E) intervenção admissível e adequada ao controle externo da Administração Pública, tomada no âmbito do controle de legitimidade e economicidade, porque a obrigação de revisão tarifária periódica encontra amparo nos princípios da eficiência e da modicidade tarifária.

54

À luz do princípio da separação de Poderes insculpido na Constituição de 1988, considerada a concepção contemporânea de Estado policrático, o Tribunal de Contas:

- (A) é órgão auxiliar do Poder Legislativo, a ele tecnicamente subordinado;
- (B) é órgão auxiliar dos Poderes Executivo e Legislativo;
- (C) é órgão funcionalmente vinculado ao Poder Legislativo, mas dotado de autonomia;
- (D) é órgão jurisdicional com competência preparatória do controle judicial das contas públicas;
- (E) não ostenta “poderes” no sentido constitucional do termo.

55

A Constituição Federal de 1988 ampliou o alcance objetivo do controle externo dos atos da Administração Pública a cargo dos Tribunais de Contas, admitindo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial *quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas*. Quanto ao conteúdo do controle externo exercido, é correto afirmar que o exame:

- (A) da legalidade dos atos administrativos deve ficar adstrito à aferição da compatibilidade destes atos com as leis emanadas do Poder Legislativo;
- (B) da legitimidade permite a investigação da escolha discricionária com a avaliação da conveniência e oportunidade da realização da despesa pública;
- (C) da economicidade compreende a avaliação do resultado que se quer atingir e dos meios escolhidos para esse fim, para o alcance do emprego mais satisfatório dos recursos públicos com o menor dispêndio possível;
- (D) da moralidade e da impessoalidade dos atos administrativos é privativo do controle externo exercido pelo Poder Judiciário e do controle interno exercido por cada poder;
- (E) da aplicação de subvenções não alcança os recursos repassados a outros entes federativos por meio de convênios, mas apenas os transferidos a particulares.

56

Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual devem encaminhar os editais de licitação ao TCE-RJ previamente ao certame:

- (A) em quaisquer hipóteses, obrigatoriamente;
- (B) quando se tratar de pregão, presencial ou eletrônico;
- (C) nos casos de parcerias público-privadas;
- (D) mediante solicitação ou voluntariamente;
- (E) realizado nos últimos 180 dias do mandato do chefe do Poder Executivo.

57

As atribuições e o funcionamento dos Tribunais de Contas estaduais devem guardar simetria com o modelo previsto pela Constituição Federal para o Tribunal de Contas da União. A alternativa que veicula corretamente a expressão dessa simetria é:

- (A) os Tribunais de Contas estaduais não podem ter personalidade jurídica própria;
- (B) os Tribunais de Contas estaduais não podem ter iniciativa legislativa nas matérias relacionadas à sua organização e funcionamento, porque essa é privativa das Assembleias Legislativas;
- (C) os Tribunais de Contas estaduais podem ter competência executiva compulsória das multas por eles aplicadas;
- (D) os Tribunais de Contas estaduais podem ter competência revisora recursal das decisões denegatórias de pensão proferidas pelo órgão previdenciário estadual;
- (E) os Tribunais de Contas estaduais, no exercício do controle externo das contas municipais, podem auxiliar tanto as Câmaras municipais, como a Assembleia Legislativa, conforme dispuser a respeito a Constituição estadual.

58

O procedimento de tomada de contas especial, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, é instaurado por ato:

- (A) do órgão central de controle interno, ou equivalente, da Administração Pública;
- (B) do Tribunal de Contas do Estado;
- (C) do Ministério Público Especial;
- (D) do Secretário de Estado Chefe da Casa Civil;
- (E) do Procurador-Geral do Estado.

Contabilidade

59

A administração de determinada entidade identificou indícios de que um item de seu imobilizado tenha sofrido perda por irrecuperabilidade.

Na sequência, a administração da entidade estimou as seguintes parcelas relativas ao valor recuperável desse item:

- Valor justo do item = \$380.000
- Custos de alienação do item = \$25.000
- Valor em uso do item = \$370.000

Sabe-se que esse item é classificado como 'ativo gerador de caixa'. Sabe-se também que o custo de aquisição desse item foi \$1.000.000 e o saldo de sua depreciação acumulada é \$640.000.

Quanto à perda por irrecuperabilidade desse item, em conformidade com a Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014, é correto afirmar que a entidade:

- (A) deve reconhecer perda no montante de \$5.000;
- (B) deve reconhecer perda no montante de \$630.000;
- (C) não deve reconhecer perda porque se trata de um 'ativo gerador de caixa';
- (D) não deve reconhecer perda porque o valor recuperável é \$370.000;
- (E) não deve reconhecer perda porque o valor recuperável é \$380.000.

60

Em Janeiro/20X0 o ente público adquiriu de terceiros um equipamento para compor seu imobilizado, pelo preço de \$100.000 para pagamento em cota única daqui a 2 anos, sem juros.

Sabe-se que:

- A administração do ente público considera o prazo de pagamento maior que as condições normais de mercado.
- Se o ente público tivesse comprado esse equipamento numa transação à vista, pagaria somente \$90.000.
- No preço estão embutidos impostos recuperáveis que somam \$800.

Além do preço de aquisição, o ente público incorreu também nos seguintes custos relativos à aquisição desse equipamento:

- Frete e seguro do frete (do estabelecimento fornecedor ao seu) = \$2.000
- Impostos não recuperáveis = \$1.300
- Instalação do equipamento = \$8.000

Finalmente, em 01/Fevereiro/20X0 a instalação do equipamento foi concluída e esse ficou disponível para uso pelo ente público conforme objetivado por sua administração.

O valor do custo de aquisição (mensuração inicial) de item de imobilizado que o ente público deveria reconhecer em seu balanço patrimonial em conformidade com a Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014, é:

- (A) \$100.000;
- (B) \$100.500;
- (C) \$101.300;
- (D) \$110.500;
- (E) \$111.300.

61

Em Janeiro/20X1 o ente público adquiriu item para compor seu imobilizado pelo custo de aquisição (mensuração inicial) de \$200.000.

Em função do tempo decorrido com o frete até o estabelecimento do ente público e sua instalação, esse item só ficou disponível para uso a partir de 01/Abril/20X1, quando a administração do ente público fez as seguintes estimativas com relação a ele:

- Vida econômica = 25 anos
- Vida útil = 15 anos
- Valor residual = \$30.500
- Método de depreciação = cotas constantes

O valor da despesa de depreciação que o ente público deveria reconhecer em 20X1 em relação a esse item, em conformidade com a Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014, é:

- (A) \$5.085,00;
- (B) \$6.780,00;
- (C) \$8.475,00;
- (D) \$10.000,00;
- (E) \$11.300,00.

62

Determinada prefeitura municipal apresentou a seguinte demonstração das variações patrimoniais consolidada relativa ao exercício 2015 e os seguintes balanços patrimoniais consolidados relativos aos exercícios encerrados em 31/12/2015 e 31/12/2014:

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		2015
Variações Patrimoniais Aumentativas		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		2.400.000
Contribuições		700.000
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		1.000.000
VPA Financeiras, Juros e Encargos de Mora		10.000
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		4.110.000
Variações Patrimoniais Diminutivas		
Pessoal e Encargos		-1.920.000
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-288.000
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo, Aluguel		-40.000
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo, Depreciação		-150.000
VPD Financeiras, Juros e Encargos de Mora		-8.000
VPD Financeiras, Juros e Encargos de Emp. e Financ. Obtidos		-95.000
Perdas com Redução ao Valor Recuperável de Créditos a CP		-80.000
Perdas com Alienação de Itens do Ativo Imobilizado		-22.000
Custo de Mercadorias e Prod. Vendidos e Serviços Prestados		-850.000
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		-3.453.000
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I – II)		657.000

BALANÇO PATRIMONIAL		31/12/15	31/12/14
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa		95.000,00	68.000,00
Créditos a Curto Prazo		650.000,00	350.000,00
Estoques		300.000,00	210.000,00
Total do Ativo Circulante		1.045.000,00	628.000,00
Ativo Não Circulante			
Imobilizado		1.928.000,00	1.000.000,00
Total do Ativo Não Circulante		1.928.000,00	1.000.000,00
TOTAL DO ATIVO		2.973.000,00	1.628.000,00
Passivo Circulante			
Obrig.Trab., Prev.e Assist.a Pagar a CP		173.000,00	65.000,00
Empréstimos e Financiamentos a CP		150.000,00	200.000,00
Fornecedores e Contas a Pagar a CP		13.000,00	43.000,00
Total do Passivo Circulante		336.000,00	308.000,00
Passivo Não Circulante			
Empréstimos e Financiamentos a LP		1.410.000,00	750.000,00
Total do Passivo Não Circulante		1.410.000,00	750.000,00
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social e Capital Social		500.000,00	500.000,00
Reservas		727.000,00	70.000,00
Total do Patrimônio Líquido		1.227.000,00	570.000,00
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.973.000,00	1.628.000,00

Sabe-se que durante o exercício 2015, essa prefeitura municipal realizou as seguintes transações:

- Vendeu item do imobilizado por \$100.000 à vista.
- Adquiriu dois novos itens para o imobilizado, cada um por \$600.000, tendo sido um pago à vista e o outro adquirido mediante obtenção de financiamento (longo prazo).
- Obteve empréstimos (longo prazo) no montante de \$210.000.
- Amortizou empréstimos e financiamentos obtidos no montante de \$200.000.
- Todos os juros e encargos financeiros ativos e passivos reconhecidos no período foram efetivamente recebidos e pagos em caixa durante o período.

Com relação à demonstração dos fluxos de caixa relativa ao exercício 2015 elaborada em conformidade com a Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014, é correto afirmar que:

- a administração do ente pode escolher livremente se o fluxo de caixa da atividade operacional será elaborado pelo método direto ou pelo método indireto;
- as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa;
- o fluxo líquido de caixa gerado pelas atividades operacionais foi \$690.000,00;
- o fluxo líquido de caixa consumido pelas atividades de investimento foi -\$1.100.000,00;
- o fluxo líquido de caixa gerado pelas atividades de financiamento foi \$10.000,00.

63

Analisar a demonstração das mutações do patrimônio líquido:

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercício 2015 (valores em milhares de reais)

	Patrimônio Social / Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldos em 31/12/2014	1.000	200	23	48	490	0	-18	1.743
Ajustes de exercícios anteriores					-50			-50
Aumento de capital	400	-200	-23		-120			57
Resgate / Remissão de Ações e Cotas							8	8
Resultado patrimonial do exercício						540		540
Ajustes de avaliação patrimonial				-29				-29
Constituição / reversão de reservas					380	-380		0
Distribuição de dividendos						-160		-160
Saldos em 31/12/2015	1.400	0	0	19	700	0	-10	2.109

De acordo com essa análise e em conformidade com a Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014, é correto afirmar que:

- a entidade que reporta revisou estimativas contábeis realizadas em anos anteriores, acarretando impacto negativo de \$50.000 sobre o valor do patrimônio líquido;
- durante o período, os sócios aportaram novos recursos na entidade totalizando o montante de \$400.000, integralizados em dinheiro;
- a variação líquida do valor justo de ativos e passivos cuja contrapartida não transita pelo resultado patrimonial do período provocou redução de \$29.000 no patrimônio líquido;
- na demonstração do resultado do período (demonstração das variações patrimoniais), essa entidade apresentou lucro líquido (resultado patrimonial) no montante de \$351.000;
- a entidade que reporta comprou mais ações (cotas) de seu capital social que estavam em circulação, pelo custo de aquisição de \$8.000.

64

A entidade ORA detém participação equivalente a 80% do capital social da entidade IDA, sua controlada.

A seguir são apresentados os balanços patrimoniais individuais dessas duas entidades:

BP, individual	ORA	IDA
	\$	\$
Caixa	31.140	20.000
Clientes a receber	79.000	60.000
Estoques	52.500	40.000
Dividendos a receber	8.000	1.500
total AC	170.640	121.500
Investimentos	35.360	-
Imobilizado	44.400	41.500
Intangível	9.900	7.000
total ANC	89.660	48.500
total ATIVO	260.300	170.000
Fornecedores a pagar	53.900	32.000
Salários a pagar	21.600	14.000
Dividendos a pagar	13.800	10.000
Empréstimos e financiamentos	8.000	6.800
total PC	97.300	62.800
Empréstimos e financiamentos	70.000	53.000
Provisões	38.000	20.000
total PNC	108.000	73.000
Capital social	50.000	34.000
Reservas de lucros	5.000	200
total PL	55.000	34.200
total PASSIVO + PL	260.300	170.000

Com relação aos balanços patrimoniais individuais, sabe-se que:

- Do estoque de ORA, uma parcela das mercadorias foi adquirida de IDA ao custo de \$10.000; sabe-se que essas mercadorias haviam sido adquiridas de terceiros por IDA ao custo de \$8.000. As demais mercadorias foram adquiridas de terceiros por ORA.
- ORA ainda está devendo a IDA o montante de \$25.000 pela compra de mercadorias.
- ORA mensura seu investimento em controladas pelo método da equivalência patrimonial.
- Em Investimentos, ORA reconhece \$10.000 relativos ao ágio decorrente da expectativa de benefícios econômicos (*goodwill*) pagos quando da aquisição da participação em IDA.
- Os dividendos a pagar provisionados por IDA serão distribuídos a seus acionistas na exata proporção das respectivas participações em seu capital social.

O valor correto do saldo do Ativo Circulante a ser apresentado no balanço patrimonial consolidado é:

- (A) \$257.140;
- (B) \$259.140;
- (C) \$267.840;
- (D) \$282.140;
- (E) \$292.140.

65

Considere a seguinte cronologia para determinar a data em que a entidade Vendedora deve reconhecer a receita de venda em seu sistema de contabilidade patrimonial, em conformidade com o regime de competência de exercício:

- Em 21/Janeiro/20X0 a entidade Vendedora firmou contrato com a entidade Compradora mediante o qual se compromete fabricar um bem conforme as especificações da Compradora e vendê-lo a essa entidade por \$500.000.
- Em 05/Fevereiro/20X0 a entidade Vendedora concluiu o processo de fabricação do bem objeto do contrato em tela. Nessa data a administração da Vendedora conhece os custos incorridos na fabricação do bem em questão e consegue estimar os custos a serem eventualmente incorridos com a garantia.
- Em 31/Março/20X0 a entidade Vendedora transferiu os riscos e benefícios relativos ao bem em questão à Compradora, deixou de ter envolvimento continuado com tal bem e tem expectativa de receber o valor negociado.
- Em 12/Abril/20X0 a entidade Compradora pagou à Vendedora o preço do bem conforme negociado em 21/Janeiro/20X0.
- Em 02/Outubro/20X0 expirou o prazo de vigência da garantia do bem, sem que qualquer defeito tenha sido notificado pela Compradora à Vendedora.

De acordo com a cronologia apresentada, essa data é:

- (A) 21/Janeiro/20X0;
- (B) 05/Fevereiro/20X0;
- (C) 31/Março/20X0;
- (D) 12/Abril/20X0;
- (E) 02/Outubro/20X0.

66

Em 31/12/20X8 determinado ente apresentou balanço patrimonial onde constam os seguintes saldos:

- Caixa = \$100.000,00
- Banco conta corrente = \$890.000,00
- Banco conta poupança = \$470.000,00
- Aplicação financeira em ouro = \$120.000,00
- Aplicação financeira em fundo de capitalização = \$60.000,00
- Aplicação financeira em fundo de ações negociadas na BM&FBovespa = \$230.000,00
- Tributos arrecadados pelos bancos, mas ainda não recolhidos à conta do ente = \$20.000,00
- Tributos a receber = \$1.000.000,00
- Duplicatas a receber de clientes = \$400.000,00
- Estoques = \$200.000,00

As notas explicativas apresentam alguns detalhes sobre a liquidez e o risco desses ativos, conforme segue:

- Banco conta corrente: numerário disponível para uso pelo ente.
- Banco conta poupança: montante pode ser resgatado a qualquer momento sem penalidade, risco insignificante de mudança de valor, remuneração corresponde à reposição da inflação mais juros de 0,5% ao mês.
- Aplicação financeira em ouro: montante pode ser resgatado a qualquer momento, risco e remuneração correspondem à oscilação do preço da commodity no mercado internacional.
- Aplicação financeira em fundo de capitalização: montante só poderá ser resgatado daqui a 2 anos, resgate antecipado é penalizado como segue: nos primeiros 6 meses a pena por não cumprir carência é 60% do saldo do investimento; de 6 meses a 18 meses a pena por não cumprir carência é 40% do saldo do investimento; de 18 meses a 24 meses a pena por não cumprir carência é 25% do saldo do investimento, risco insignificante de mudança de valor, remuneração corresponde à reposição da inflação mais juros de 0,4% ao mês.
- Aplicação financeira em fundo de ações negociadas na BM&FBovespa: montante pode ser resgatado a qualquer momento, risco e remuneração correspondem à oscilação do preço das ações no mercado.
- Tributos arrecadados pelos bancos, mas ainda não recolhidos à conta do ente: receita orçamentária arrecadada que se encontra em poder da rede bancária em fase de recolhimento; esse montante será disponibilizado ao ente público em menos de uma semana e não há risco significativo quanto a isso.
- Tributos a receber: 10% do montante já está vencido há mais de 1 ano; 5% do montante está vencido há mais de 3 meses e menos de 1 ano; 12% do montante está vencido há menos de 3 meses; 60% do montante vencerá nos próximos 3 meses; o restante vencerá após os 3 próximos meses.
- Duplicatas a receber de clientes: 2% do montante já está vencido há mais de 1 ano; 5% do montante está vencido há mais de 3 meses e menos de 1 ano; 3% do montante está vencido há menos de 3 meses; 70% do montante vencerá nos próximos 3 meses; o restante vencerá após os 3 próximos meses.
- Estoques: 80% do montante se refere ao estoque de mercadorias que o ente costuma vender com mark-up de 1,6 e cujo giro de estoques é 20; 15% do montante se refere ao estoque de mercadorias que o ente costuma vender com mark-up de 1,9 e cujo giro de estoques é 3; o restante se refere ao estoque de material de consumo.

O valor do saldo de “caixa e equivalente de caixa” que a entidade deveria apresentar em sua demonstração dos fluxos de caixa apurada em 31/12/20X8 em conformidade com a Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014, é:

- (A) \$1.460.000,00;
- (B) \$1.480.000,00;
- (C) \$1.580.000,00;
- (D) \$1.770.000,00;
- (E) \$2.730.000,00.

Economia

67

Uma empresa monopolista possui custo marginal igual a $2q$. A equação de demanda desse mercado é dada por:

$$P=150-4q$$

Com base nessas informações, é correto afirmar que a perda de eficiência (perda de peso morto) da economia é:

- (A) 450;
- (B) 1350;
- (C) 750;
- (D) 300;
- (E) 2250.

68

Em relação aos conceitos de externalidade e bens públicos na economia, é correto afirmar que:

- (A) bens públicos são bens rivais alocados de forma igualitária;
- (B) caso a atividade de uma empresa privada esteja gerando uma externalidade sobre outras empresas, é fundamental a atuação do governo na negociação de um acordo;
- (C) a regulação ótima de uma externalidade consiste em eliminar completamente seus efeitos prejudiciais;
- (D) bens públicos só são providos de forma ótima pelo governo, ou por meio de alguma atuação governamental;
- (E) bens públicos devem ser providos apenas pelo governo.

69

Em relação à teoria das firmas, é correto afirmar que:

- (A) caso a receita esteja abaixo do custo total médio, a firma deverá encerrar as suas atividades;
- (B) uma firma com custos marginais crescentes e receita marginal decrescente terá dois pontos ótimos para produção;
- (C) o ponto onde a curva de custo marginal intercepta a curva de custo variável médio é o ponto de custo variável médio máximo;
- (D) a diferença entre o custo marginal e o custo total médio é o custo fixo médio;
- (E) uma firma minimiza seu custo total médio ao produzir uma quantidade de bens que iguale seu custo total médio e seu custo marginal.

70

As movimentações de capital do Brasil com os outros países do mundo são retratadas dentro da Balança de Pagamentos. Esses movimentos exercem impacto direto na economia brasileira. Utilizando o modelo de contas nacionais e de balanço de pagamentos, e considerando as outras variáveis constantes, na hipótese de que tenha havido um grande aumento nos bens exportados, é correto afirmar que:

- (A) a conta haveres no exterior aumentará, acompanhando o aumento nas exportações, enquanto o investimento reduzirá, pois a poupança externa brasileira diminui, levando a um menor valor disponível para ser investido;
- (B) a conta haveres no exterior aumentará, pois ela é uma conta de sinal inverso às exportações, enquanto o investimento aumentará, pois a poupança do governo reduz quando as exportações aumentam;
- (C) a conta haveres no exterior diminuirá, pois ela é uma conta compensatória às exportações, enquanto o investimento aumentará, pois a poupança externa brasileira aumenta;
- (D) a conta haveres no exterior não será alterada, enquanto o investimento aumentará, dado o aumento na poupança externa brasileira;
- (E) dado um aumento nas exportações, e todas as outras variáveis constantes, nem a conta haveres no exterior nem o investimento se alteram.

71

As expectativas são responsáveis por efeitos diretos na economia. Entre os modelos que buscam compreender essa relação, encontra-se o chamado efeito Fisher, que modela a relação entre a expectativa de inflação e os juros real e nominal. Com base nesse modelo, é correto afirmar que:

- (A) a alta na expectativa de inflação, tudo o mais constante, leva ao aumento na taxa de juros real;
- (B) a queda na expectativa de inflação, tudo o mais constante, leva à redução na taxa de juros nominal;
- (C) a alta na taxa de juros real, tudo o mais constante, leva à queda na taxa de juros nominal;
- (D) a queda na expectativa de inflação e na taxa de juros real leva ao aumento na taxa de juros nominal;
- (E) o aumento de mesma magnitude nas taxas de juros real e nominal leva à queda na expectativa de inflação.

72

Considerando o modelo IS-LM, suponha que o governo faça uma grande expansão em seus gastos. Esse aumento dos gastos governamentais configura:

- (A) um aumento da demanda. Isso leva ao crescimento tanto da taxa de juros quanto do produto;
- (B) uma redução da demanda. Isso leva ao aumento da taxa de juros e à queda do produto;
- (C) um aumento da oferta monetária. Isso leva à queda tanto da taxa de juros quanto do produto;
- (D) um aumento da oferta monetária. Isso leva à queda da taxa de juros e ao aumento do produto;
- (E) uma redução da oferta monetária. Isso leva ao aumento da taxa de juros e à redução do produto.

Administração Pública

73

O processo orçamentário no Brasil tem regras definidas na Constituição Federal e na legislação complementar e ordinária, principalmente no que tange às competências de cada poder na definição das receitas e despesas para um exercício. No que se refere às regras relativas às emendas à Lei do Orçamento, analise as afirmativas a seguir:

I – As emendas parlamentares são permitidas somente para alteração das despesas de custeio.

II – É obrigatória a execução das emendas individuais dos parlamentares ao Orçamento da União, no mínimo em 1,2% da receita corrente líquida prevista na Lei Orçamentária.

III – A execução das emendas individuais tratadas na EC nº 86/2015 obedecerá ao valor mínimo de 50% aplicado no custeio de ações e serviços públicos de saúde, exceto o pagamento de pessoal e encargos.

É correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.

Texto 1: “O Ministério da Educação (MEC) não tem dinheiro para assinar novos contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) neste semestre, disse o secretário executivo da pasta, Luiz Cláudio Costa. Ele informou que o MEC ainda não foi notificado da determinação judicial para reabertura do prazo de inscrições, mas adiantou que a pasta recorrerá da decisão.

Segundo Costa, “mesmo que [o prazo para inscrições] seja reaberto, será inútil”. Ele informou que foram reservados R\$ 2,5 bilhões para o FIES, o limite foi atingido e não será possível financiar novos contratos neste semestre.

O FIES oferece cobertura da mensalidade de cursos em instituições privadas de ensino superior a juros de 3,4% ao ano. O estudante começa a quitar o financiamento 18 meses após a conclusão do curso. O programa acumula 1,9 milhão de contratos e abrange mais de 1,6 mil instituições.”

Fonte: Agência Brasil

(<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-05/mec-esta-sem-dinheiro-para-novos-contratos-do-fies>)

74

A função econômica do Estado a que se refere o programa mencionado no texto 1 é:

- (A) alocativa, por tratar de um bem público puro;
- (B) alocativa, por se referir à provisão de um bem meritório;
- (C) distributiva, por ser um bem semi-público;
- (D) distributiva, por promover ajustamentos na distribuição de renda;
- (E) distributiva, por convergir com o Ideal de Pareto.

75

Considerando a situação exposta no texto 1, caso o governo optasse por alterar o orçamento para aumentar a dotação orçamentária do FIES, deveria abrir um crédito:

- (A) suplementar, com indicação prévia de fonte de recursos;
- (B) suplementar, para execução até o fim do exercício seguinte;
- (C) especial, com indicação posterior de fonte de recursos;
- (D) especial, para execução somente no exercício em curso;
- (E) extraordinário, por tratar-se de assunto de grande relevância social e econômica.

76

Uma das classificações da despesa pública prevista em lei é a classificação funcional, que corresponde ao maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. Essa classificação está detalhada na Portaria MOG nº 42/1999, que define as funções e subfunções. Acerca dessa classificação, analise as afirmativas a seguir:

I - A execução da despesa por função e subfunção deve ser divulgada bimestralmente pelo Poder Executivo como anexo do Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

II - A subfunção agrega um determinado subconjunto de despesas e identifica a natureza básica das ações que se aglutinam em torno das funções.

III - As subfunções devem ser combinadas apenas com as funções às quais estão relacionadas na Portaria MOG nº 42/1999.

É correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.

Quadro I – Informações relativas à execução orçamentária de um município do Estado do Rio de Janeiro durante o exercício de 20x4 (Janeiro a Dezembro).

Descrição	Valores em milhares
Receitas Tributárias	2.750.000,00
Receitas de Contribuições	440.000,00
Receita Patrimonial	770.000,00
Receita Industrial	8.200,00
Receita de Serviços	155.000,00
Transferências Correntes	3.500.000,00
Outras Receitas Correntes	1.700.000,00
Receitas de Operações de Crédito Internas	250.000,00
Antecipação da Receita Orçamentária	50.000,00
Receita de Amortização de empréstimos	65.000,00
Receita de Alienação de bens	10.000,00
Receitas de Depósitos e Cauções	20.000,00
Contribuições dos Servidores p/ Plano de Previdência	440.000,00
Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários	5.000,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEF	190.000,00
Despesa com Juros e Encargos da Dívida	450.000,00
Despesa total com Pessoal Ativo	3.150.000,00
Despesa total com Pessoal Inativo	750.000,00
Despesa total com Pessoal Terceirizado	2.300.000,00

77

A partir das informações do Quadro I, o montante da Receita Corrente Líquida relativo ao exercício, apurado de acordo com as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, é (em milhares):

- (A) 2.433.200,00;
- (B) 3.123.200,00;
- (C) 4.788.200,00;
- (D) 8.688.200,00;
- (E) 9.083.200,00.

78

Considerando as informações do Quadro I, os limites da Dívida Consolidada Líquida e de realização de operações de crédito para o município no exercício de 20x4 são, respectivamente:

- (A) 17.376.400,00 e 5.212.920,00;
- (B) 10.425.840,00 e 1.390.112,00;
- (C) 9.576.400,00 e 2.872.920,00;
- (D) 5.745.840,00 e 766.112,00;
- (E) 5.212.920,00 e 999.143,00.

79

Considerando as informações do Quadro I e supondo que as receitas de contribuições geraram reconhecimento de obrigações e as transferências correntes decorreram da repartição das receitas tributárias, o montante de receitas orçamentárias efetivas arrecadadas pelo município no exercício de 20x4 foi de:

- (A) 5.383.200,00;
- (B) 8.463.200,00;
- (C) 8.883.200,00;
- (D) 9.258.200,00;
- (E) 9.323.200,00.

80

Uma proposta de Lei Orçamentária foi apresentada contendo exclusivamente a mensagem, o projeto de lei e tabelas explicativas com a receita prevista e a despesa fixada para o exercício a que se refere a proposta. De acordo com as disposições da Lei Estadual nº 287/1979, que estabelece o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro, na proposta apresentada estão faltando tabelas explicativas para fins de comparação. Dos itens apresentados a seguir, o único NÃO requerido pela referida lei é:

- (A) receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;
- (B) despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta;
- (C) despesa realizada no exercício imediatamente anterior;
- (D) receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores àqueles em que se elabora a proposta;
- (E) despesa executada nos três últimos exercícios anteriores àqueles em que se elabora a proposta.

Realização

